

TERMO DE REFERÊNCIA

Sumário

1. INTRODUÇÃO	2
2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	3
2.1 – CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO.....	4
2.2 - TIPO DE LICITAÇÃO, MODOS DE DISPUTA, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO DA OBRA.....	6
3. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	6
4. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	6
5. DESCRIÇÃO DAS OBRAS E PLANO DE TRABALHO.....	6
5.1 - DESCRIÇÕES DA OBRA	6
5.2 - PROCEDIMENTOS	7
5.3 - ESCOPO DOS SERVIÇOS	8
6. EXECUÇÃO DO OBJETO, GESTÃO DO CONTRATO	9
7. MEDIÇÃO E PAGAMENTO	21
8. ACEITAÇÃO PROVISÓRIA/ DEFINITIVA.....	22
9. NORMAS, REGULAMENTOS E INSTRUÇÕES PERTINENTES	24
10. ELEMENTOS EXIGIDOS PELO DECRETO N.º 1.485, DE 17/01/63.....	30
10.1 - DATA DE INÍCIO DO PROCESSO:.....	30
10.2 - RESPONSÁVEL PELO PROJETO:.....	30
10.3 - IMPORTÂNCIA DA OBRA:	30
10.4 - DOS SERVIÇOS:.....	31
10.5 - ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS:.....	32
10.6 - EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS:	32
10.7 - CRONOGRAMA DA OBRA:	33
10.8 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:.....	33
10.9 - PRÊMIOS E MULTAS:.....	33
10.10 - DESAPROPRIAÇÕES:	33
10.11 - OBSTÁCULOS DAS CONCESSIONÁRIAS:.....	33
10.12 - CUSTO DA OBRA E PREVISÃO PARA REAJUSTAMENTO:	33
10.13 - REGIME DE TRABALHO:	34
10.14 - ORIGEM DOS RECURSOS A SEREM APLICADOS:	34
10.15 - FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS:.....	34
10.16 - MATERIAIS QUE DEVEM SER ADQUIRIDOS ANTECIPADAMENTE:	34
11. PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA.....	34
11.1 - Execução de canal pré-fabricado, em concreto protendido e/ou armado.	34
11.2- Justificativa geral:	35
12. CONSERVAÇÃO DA OBRA.....	35
13. DA MATRIZ DE RISCOS.....	35
14. VISITA TÉCNICA.....	35

1. INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer condições, critérios, procedimentos e especificações técnicas mínimas para a contratação e execução das obras de drenagem do deságue da galeria de cintura – Praia do Flamengo – Marina da Glória, sob a responsabilidade da Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro – RIO ÁGUAS, visando à melhoria do desempenho hidráulico do sistema existente e à mitigação de impactos associados a eventos de precipitação, com repercussões diretas sobre a mobilidade, a segurança viária e a integridade da infraestrutura urbana no entorno da Marina da Glória.

A intervenção se insere em área urbana consolidada e de alta sensibilidade operacional, com circulação de pedestres e veículos, com proximidade de equipamentos públicos e áreas de uso recreativo, onde se verificam condições de sobrecarga do sistema de drenagem, extravasamentos e acúmulo de lâmina d'água em períodos chuvosos, com potencial de degradação do pavimento, comprometimento do tráfego, risco a usuários, carreamento de sedimentos e resíduos e prejuízos ao funcionamento regular da área. As soluções propostas buscam restabelecer e adequar a capacidade de escoamento do sistema, promovendo o encaminhamento das vazões ao seu ponto de lançamento, com controle de interferências e recomposição das áreas afetadas.

As obras previstas compreendem um conjunto integrado de serviços de engenharia, incluindo, de forma não exaustiva a implantação e adequação de drenagem com seção retangular, execução de estruturas e dispositivos associados (tais como poços de visita, tampões e elementos de inspeção), serviços auxiliares de conexão provisória e rebaixamento/controle de água (ensecadeiras, barramentos provisórios e moto-bombeamento), bem como os serviços correlatos de movimentação de terra, destinação de materiais, e recomposição funcional das áreas impactadas, com recuperação de pavimentos e recomposição de áreas gramadas, além de sinalização e operação de trânsito durante a execução, quando necessário, para garantir a segurança e a continuidade mínima da circulação local.

A execução deverá observar, além das melhores práticas de engenharia, a legislação e normas técnicas, bem como as diretrizes e padrões do Município do Rio de Janeiro e dos órgãos competentes, incluindo requisitos de segurança do trabalho, gestão ambiental, controle tecnológico, planejamento executivo, qualidade, as built, registros e

demais documentos necessários à adequada fiscalização, medição, recebimento e aceitação dos serviços. Todo o empreendimento deverá ser conduzido de modo a minimizar interferências na rotina urbana e a garantir o desempenho hidráulico e a durabilidade das soluções implantadas.

Esse Termo de Referência constitui, portanto, o documento base para orientar a contratação, a execução e a fiscalização, definindo parâmetros mínimos de conformidade, critérios de medição e aceitação, obrigações da Contratada e produtos esperados, assegurando que as obras atendam ao interesse público, à funcionalidade do sistema de drenagem e as condições de segurança e operabilidade da área de intervenção.

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

“OBRAS DE RESTITUIÇÃO DO DESÁGUE DA GALERIA DE CINTURA DA PRAIA DO FLAMENGO – MARINA DA GLÓRIA – GLÓRIA – IV RA - AP 2.1”

O objeto abrange a contratação de empresa especializada para a execução de obras de drenagem, pavimentação e urbanização correlata.

As obras deverão ser realizadas de acordo com os quantitativos, especificações e condições técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, observando integralmente os projetos executivos a serem desenvolvidos pela contratada, as normas da ABNT, as diretrizes ambientais aplicáveis e a legislação vigente, incluindo a Lei nº 14.133/2021.

O contrato terá vigência pelo período de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de emissão da Ordem de Início, podendo ser prorrogado na forma da legislação vigente, quando devidamente justificado.

Deverão ser atendidas todas as exigências administrativas e contratuais previstas no edital e seus anexos, incluindo, a apresentação de seguros do tipo garantia e de execução, conforme consta do artigo 457 do RGCAF, Decreto 15.350 /1996, bem como o cumprimento de todas as obrigações relativas à execução do objeto, tais como obtenção de licenças e autorizações junto aos órgãos competentes, inclusive licença ambiental, quando exigida.

A Ordem de Início da obra será emitida após o atendimento integral de todas as condições preliminares estabelecidas no edital, no contrato e neste Termo de Referência.

2.1 – CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

Trata-se de obra de engenharia de **maior complexidade técnica**, envolvendo o fornecimento de materiais, equipamentos, insumos e mão de obra especializada, a ser contratada mediante procedimento licitatório, destinada à execução das obras de drenagem do deságue da galeria de cintura – Praia do Flamengo – Marina da Glória – IV R.A. – A.P. 2.1, no município do Rio de Janeiro, conforme elementos técnicos e orçamentários de referência.

A complexidade técnica desta intervenção decorre da necessidade de intervir em ambiente urbano e costeiro consolidado, com condicionantes de execução associadas a interferências, operação local, controle de água, estabilidade de escavações e recomposição de áreas públicas, exigindo planejamento executivo, controle tecnológico e atendimento às normas técnicas e exigências do órgão contratante.

A intervenção compreende, de forma integrada e não exaustiva, os seguintes serviços e componentes principais:

- Implantação / execução de drenagem com seção retangular, em canal coberto pré-fabricado em concreto (estimado em 73,00 m), com fornecimento, transporte e assentamento das peças, conforme projeto e detalhamentos;
- Execução de estruturas especiais e acessórios hidráulicos, incluindo poços de visita em alvenaria de blocos de concreto e instalação de visitas na galeria existente, com colocação de tampões visando garantir inspeção, manutenção e desempenho hidráulico-operacional do sistema;
- Limpeza de galeria à montante da área de implantação da nova, em extensão de 877,97 metros, com remoção de sedimentos acumulados e raízes existentes no interior, verificadas durante vistorias;
- Serviços provisórios para contenção e controle de água, incluindo ensecadeiras com estacas-pranchas de aço, barragem provisória (ensecadeira) para desvio de pequeno curso d'água e moto-bombeamento para drenagem, assegurando condições executivas e estabilidade da obra;
- Movimentação de terra associada à drenagem, incluindo preparo de terreno, escavações mecânicas e/ou com ar comprimido (com previsão de materiais de diferentes categorias) e, quando aplicável, desmonte de rocha (inclusive por

métodos controlados), além de reaterros compactados e destinação de material excedente em local apropriado e licenciado;

- Proteções e soluções complementares, tais como enrocamento, camada de brita, uso de manta geotêxtil (Bidim ou similar) e demais itens necessários à estabilidade e proteção hidráulica;
- Recomposição funcional das áreas afetadas, incluindo recomposição de pavimentação, recomposição de áreas gramadas, com preparo do terreno, terra vegetal quando aplicável e plantio;
- Serviços preliminares, canteiro e instalações provisórias, incluindo mobilização/desmobilização, tapumes, contêineres de apoio, ligações provisórias, sinalização de obra e gestão operacional do canteiro;
- Operação de trânsito e sinalização viária temporária, com fornecimento/locação de dispositivos (cones, balizadores, pisca-alerta etc.) e equipe para garantir a segurança dos usuários e a continuidade da circulação;
- Produtos técnicos e registros de obra, incluindo atividades de projeto, apoio técnico, levantamentos e sondagens, relatório final e “as built” dos serviços executados, (com registros fotográficos e pranchas), conforme padrões do órgão contratante.

O conjunto das atividades exige coordenação integrada entre processos de infraestrutura, manejo de águas pluviais, engenharia geotécnica e recomposição urbana, baseando-se em projetos executivos a cargo da contratada, especificações técnicas, memoriais descritivos, memórias de cálculo e planilha orçamentária consolidados pela Fundação Rio-Águas.

A execução do contrato não gerará qualquer vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública, sendo de inteira responsabilidade da Contratada o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços. É vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade, subordinação direta ou habitualidade com a Administração, em observância às diretrizes da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e à legislação vigente.

2.2 - TIPO DE LICITAÇÃO, MODOS DE DISPUTA, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO DA OBRA

A licitação dar-se-á sob a modalidade de **CONCORRÊNCIA**, por meio eletrônico, pelo critério de julgamento **maior desconto global** e modo de disputa aberto e fechado, das obras e/ou serviços de engenharia devidamente descritos, caracterizados e especificados neste Termo de Referência, na forma da lei, os quais serão prestados sob o regime de execução de **empreitada por preço unitário**.

3. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado para a contratação da obra é de **R\$ 2.596.966,49 (dois milhões quinhentos e noventa e seis mil novecentos e sessenta e seis reais e quarenta e nove centavos)**, com base no Sistema de Custo de Obras do Rio de Janeiro (SCO-RIO), i0 de jan/26.

4. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à contratação encontram-se previstos na seguinte dotação orçamentária:

- Programa de Trabalho: 10.1542.17.512.0616.1996
- Código da Despesa: 449051
- Fonte: 100
- Recursos do exercício corrente

5. DESCRIÇÃO DAS OBRAS E PLANO DE TRABALHO

5.1 - DESCRIÇÕES DA OBRA

Os serviços compreendem a execução de obra de drenagem urbana voltada à melhoria do deságue da galeria de cintura no trecho Praia do Flamengo – Marina da Glória, mediante a implantação e adequação de estruturas hidráulicas capazes de

assegurar capacidade de escoamento, estabilidade, segurança operacional e integração ao sistema existente.

Na parte de drenagem, será realizado **73 m (657 m2 de canal pre-fabricado)** de drenagem retangular. Complementarmente, será realizada pavimentação numa área de 730,00m² e plantio de 708,10m² de grama, restabelecendo integralmente as condições de circulação, urbanismo e acessibilidade nos trechos afetados pelas intervenções, além de limpeza à montante da galeria existente. Todos os serviços deverão observar as normas técnicas vigentes, os projetos aprovados e as diretrizes da Fundação Rio-Águas, assegurando o desempenho hidráulico, a durabilidade e a completa integração com o sistema urbano existente.

5.2 - PROCEDIMENTOS

Deverão ser observados todos os procedimentos e recomendações constantes da NBR 5738 (Concreto - Procedimento para moldagem e cura de corpos-de-prova), para moldagem e cura de corpos-de-prova cilíndrico ou prismático de concreto; NBR 5739 (Concreto - Ensaio de compressão de corpos-de-prova cilíndricos), para os ensaios de compressão de corpos-de-prova cilíndricos e NBR 12655 (Concreto de cimento Portland - Preparo, controle e recebimento - Procedimento), para preparo, controle e recebimento de concreto. O controle de qualidade e o manuseio das peças pré-moldadas deverão ser executados a partir de rotinas pré-estabelecidas, baseadas em tecnologia adequada.

A operação de carga e transporte de material, assim como o manuseio de equipamentos e trânsito de pessoal deverá observar os procedimentos adequados para que não haja transtornos desnecessários à população e aos serviços públicos disponíveis na região.

A rigor, o escopo aqui proposto está contemplado por aqueles serviços arrolados na planilha de orçamento do Edital em referência e devem ser executados conforme as especificações do Caderno Geral de Encargos de Obras e Serviços de Engenharia da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

O material escavado e de limpeza da galeria deverá ser transportado para área de aterro sanitário ou outra área licenciada junto ao INEA. Essa operação deverá ser submetida, com antecedência, para a apreciação e aprovação da FUNDAÇÃO INSTITUTO DAS ÁGUAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – RIO-ÁGUAS.

Na limpeza da galeria existente, a contratada deverá garantir EPI's adequados para trabalho em área confinada, com revezamento necessário, garantindo boa ventilação aos trabalhadores através das visitas adicionais previamente instaladas.

Vale ressaltar que a FUNDAÇÃO INSTITUTO DAS ÁGUAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – RIO-ÁGUAS poderá fazer uso de suas prerrogativas para alterar, em parte, os serviços aqui explicitados, visando melhor adequação às finalidades do objeto do presente Edital, respeitados os limites dos dispositivos legais.

5.3 - ESCOPO DOS SERVIÇOS

Estão previstos os seguintes serviços:

- ✓ Arrancamento e instalação de meio-fios;
- ✓ Base de brita corrida;
- ✓ Construção de caixas de ralo;
- ✓ Camada de bloqueio de pó de pedra;
- ✓ Construção de reforço e regularização de subleito;
- ✓ Demolição cuidadosa de concreto armado;
- ✓ Demolição de pavimentação asfáltica;
- ✓ Drenagem de águas pluviais com tubo de concreto PA-1 e canal pré-fabricado, incluindo escavação, fornecimento do tubo, assentamento, execução de base e aterro;
- ✓ Elaboração de projetos de macrodrenagem;
- ✓ Ensecadeira para desvios de cursos d'água;
- ✓ Escavação mecânica;
- ✓ Escoramento de vala simples e com ensecadeira de estaca prancha;
- ✓ Execução de aterro para gramados;
- ✓ Execução de pavimentação asfáltica;
- ✓ Fornecimento e plantio de grama;
- ✓ Imprimação de base de pavimentação;
- ✓ Ligação com a galeria existente em concreto armado;
- ✓ Limpeza manual de galeria retangular;
- ✓ Mobilização e desmobilização de canteiro de obra;

- ✓ Operação de trânsito com operador de tráfego e equipamentos de sinalização;
- ✓ Preparo manual do terreno;
- ✓ Relatório final de obras ou serviços de engenharia;
- ✓ Serviço de disposição final de resíduos de construção civil e de material inerte, proveniente de escavações em geral;
- ✓ Serviço de vigilância;
- ✓ Sinalização para obra;
- ✓ Sondagem rotativa;
- ✓ Transporte, carga e descarga de materiais.

6. EXECUÇÃO DO OBJETO, GESTÃO DO CONTRATO

A licitante deverá apresentar declaração de conformidade com a Lei n.º 4.352 de 23/05/06, em acordo com o Decreto n.º 27.715 de 21/03/2007.

A CONTRATADA, no que couber, deverá licenciar as obras junto aos órgãos competentes e atender às condicionantes da licença.

A CONTRATADA deverá:

- Apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), instruídas de acordo com as especificações da RESOLUÇÃO SMAC Nº 027 DE 08 DE OUTUBRO DE 2020, publicada no DO de 26/10/2020.

- Atender à Norma Operacional – NOP-INEA-35, Sistema Online de Manifesto de Transporte de Resíduos – Sistema MTR, aprovada pela Resolução CONEMA Nº 79 de 07/03/2019.

Caso haja necessidade de Remoção de Vegetação, a CONTRATADA deverá obter a Autorização de Remoção de Vegetação e apresentar a documentação necessária junto à SMDEIS.

A Fiscalização do contrato ficará a cargo da Fundação Rio Águas, que terá livre acesso a toda e qualquer frente de serviço, possibilitando o livre exercício da função fiscalizadora.

A CONTRATADA deverá apresentar antes do início dos serviços cronograma físico de execução da obra, o qual estará sujeito à análise e aprovação da fiscalização;

No caso dos profissionais serem considerados desqualificados pela Fiscalização para execução dos serviços deverá ser substituídos imediatamente. A Fiscalização tem o

direito e a autoridade para determinar o imediato afastamento do canteiro da obra ou da interferência das mesmas, de qualquer profissional, desde o servente até o engenheiro condutor dos serviços (sejam empregados da contratada ou subcontratada dessa) que, a seu critério exclusivo esteja prejudicando o bom andamento ou a boa qualidade dos trabalhos ou que não acatem suas ordens e desrespeitem suas autoridades.

Em caso de emergências, os técnicos da Contratada deverão comunicar à Fiscalização o ocorrido e aguardar instruções para as providências cabíveis. Qualquer irregularidade ou incidente na frente de serviço deverá ser comunicado, imediatamente, à Fiscalização.

No Diário de Obras constarão os equipamentos, mão de obra administrativa e de produção.

As ferramentas, utensílios de laboratório, material de limpeza e de consumo necessários à operação e manutenção serão fornecidos e disponibilizados pela Contratada.

Se necessário, o desenvolvimento de qualquer projeto, estudo ou cadastro serão desenvolvidos sobre levantamento planialtimétrico e cadastral a ser executado pela contratada, em escala compatível às necessidades de desenvolvimento dos projetos, a critério da fiscalização, e apoiados no sistema de coordenadas UTM adotado pelo município do Rio de Janeiro, sistema SIRGAS 2000. Entregues em meio digital e três cópias plotadas em papel “sulfite” opaco, assinadas, e uma cópia eletrônica em CD.

A Contratada deverá manter um livro de ocorrências onde se anotarão os fatos ocorridos em cada turno, para posterior transcrição no Diário de Obras, de onde deverão constar:

Na 1.^a folha de cada livro de diário de obra o Termo de Abertura, descrito abaixo:

“Esse diário de obras contém folhas, devidamente numeradas e destina-se a anotações diárias obrigatoriamente pelo contratado, informando de acordo com o art. – 500 do RGCAF:

- a) Condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;*
- b) As falhas nos serviços de terceiros, não sujeitam à sua ingerência;*
- c) As consultas à fiscalização;*
- d) Os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;*
- e) As respostas a interpelações da fiscalização;*

- f) *A eventual escassez de material, de que resultem dificuldades para a obra ou serviço;*
- g) *Outros fatos que, a juízo do contratado, devem ser objeto de registro.”*

Quanto ao Diário de Obras, compete a fiscalização:

- a) Ratificação da veracidade dos registros de: *“condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos” e “falhas nos serviços de terceiros, não sujeitos à sua ingerência da contratada”;*
- b) Observações cabíveis a propósito dos registros do contratado no livro de ocorrências;
- c) Soluções às consultas lançadas ou formuladas pelo contratado, com correspondência simultânea para a autoridade superior;
- d) Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho do contratado, seus propositos e sua equipe;
- e) Determinação de providências para o cumprimento do projeto e das especificações;
- f) Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho da fiscalização.

Não são admissíveis rasuras, em acontecendo, proceder à correção com “isto é”, “digo”...

Na folha seguinte do diário de obras, será lançada a portaria de designação da fiscalização, contendo: número da portaria, nome dos fiscais, matrícula, título da obra, processo, contrato e firma contratada.

A exemplo: “... Designa-se os engenheiros ... , matrícula ... , para fiscalizarem a execução das **"OBRAS DE RESTITUIÇÃO DO DESÁGUE DA GALERIA DE CINTURA DA PRAIA DO FLAMENGO – MARINA DA GLÓRIA – GLÓRIA – IV RA - AP 2.1"**. do processo nº **005700.000459/2026 - 87**, tipo de adjudicação n.º ... , contrato n.º ... , a cargo da firma ... , publicado esta portaria n.º ... no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro no dia ... , às folhas ... ”

Na folha seguinte a que se segue, deverá ser lançado o memorando de início da referente obra, iniciando-se o preenchimento diário do livro de diário de obras pelos dias

que se seguem. Publicado este comunicado de início n.º... No Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro no dia... , às folhas...

Toda comunicação emitida pela Fiscalização à Contratada deverá merecer resposta imediata e conclusiva, expondo-se às sanções e penalidades cabíveis, caso isso não se verifique.

Ao término dos serviços a Contratada deverá apresentar à Fiscalização, um cadastro completo das obras executadas.

Trata-se de serviços públicos com geração de resíduos de construção civil e deverá ter como objetivo prioritário a sua não ge*ração e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem e a destinação final adequada.

A obra deverá ser sinalizada com placa de identificação de obra pública e placas de sinalização instaladas em via pública, conforme modelo abaixo.

Todos os equipamentos envolvidos nos serviços deverão ser apresentados sempre em perfeitas condições operacionais, estarem identificados como prestadores de serviço à Fundação Rio Águas e terem no máximo 5 (cinco) anos de utilização, quando couber, conforme modelo abaixo.

Da mesma forma toda mão-de-obra empregada deverá se apresentar uniformizada e aparelhada, conforme modelo abaixo.

Ao término dos serviços a Contratada deverá submeter a esta Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro - RIO ÁGUAS, o “as built” da obra para cadastro e posterior solicitação de aceitação provisória com todos os documentos presente da Portaria “P” O/SUBAM/GAB N.º 019 de 18/05/2007, publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro em 03/07/2007, às fls. 08.

As placas de obra deverão ser padronizadas segundo o tutorial vigente a época de sua confecção. A contratada deverá consultar a Fiscalização quanto à vigência da padronização. Exemplificando, abaixo segue tutorial do padrão atual:

Tutorial para preenchimento de placas de obras da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Com base na Lei Ordinária nº 5723, de 31 de março de 2014, que define as informações de veiculação obrigatória nas placas de sinalização de obras públicas do Município do Rio de Janeiro, segue abaixo um tutorial para o preenchimento dos modelos

de placas contidos no arquivo disponível para download abaixo, e constante no site “Identidade Visual da Marca” da Prefeitura do Rio (<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/identidade-visual-da-marca>).

IDENTIFICAÇÃO DA OBRA

UNIDADE ADMINISTRATIVA

100% Cyan | 50% Magenta | 0% Yellow | 40% Black 70% Cyan | 0% Magenta | 0% Yellow | 0% Black PANTONE 1465 C 211 C

Seguindo a numeração da figura acima, será esclarecido como preencher cada item da placa da maneira adequada.

1. Órgão:

Deve constar neste campo o nome do órgão responsável pela identificação da demanda, contratação e execução/fiscalização da obra. Por exemplo, a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Conservação identifica a demanda, contrata e executa/fiscaliza uma obra. Neste exemplo, deve vir no campo “Órgão”, “Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Conservação”.

2. Custo Total da Obra:

Neste campo deve constar o valor total da obra em reais, sendo este valor o mesmo que consta no contrato celebrado entre a empresa contratada e a Administração Pública. Por exemplo, R\$ 1.000.000,00.

3. Data de Início da obra:

Deve constar neste campo a data de início da obra, no formato dd/mm/aaaa. Por exemplo, 01/02/2020.

4. Prazo da obra:

Deve conter o prazo previsto, em dias, para execução da obra.

5. Engenheiro Responsável pela Obra:

O nome e o registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA do engenheiro responsável pela obra devem constar neste campo.

6. Fiscalização:

Neste campo devem constar os nomes e registros no Conselho Regional dos técnicos responsáveis pela fiscalização da obra.

7. Número do Processo:

Deve constar neste campo o número do processo administrativo onde constam todas as informações pertinentes à obra em execução.

8. Identificação da Obra:

Neste campo deve ser feita uma descrição resumida que identifique a obra, como por exemplo, “Obras e serviços de climatização”, ou “Recuperação e restauração”.

9. Unidade Administrativa

Deve constar neste campo no nome da unidade administrativa na qual a obra está sendo executada. Cada placa de obra deve se referir a uma única unidade administrativa, ou seja, não deve haver na placa textos como “unidades escolares A, B e C”, ou “unidades hospitalares X, Y e Z”. Por exemplo, “Hospital Municipal Miguel Couto” ou “Escola Municipal Zélia Braune”.

Modelo 2 – Obras onde os órgãos demandantes (que dispõe do orçamento), contratante e executor (fiscalizador) são diferentes:

O diagrama mostra uma placa retangular com as seguintes dimensões: largura total de 2m (dividida em 0,80m e 1,20m) e altura total de 1,40m. A placa é dividida em duas seções principais. A seção esquerda, com largura de 0,80m, contém um formulário com campos para:

- PREFEITURA RIO** (logotipo e nome)
- ÓRGÃO DEMANDANTE**: XXXXXXXXXXXXXXXX
- ÓRGÃO CONTRATANTE**: XXXXXXXXXXXXXXXX
- ÓRGÃO EXECUTOR**: XXXXXXXXXXXXXXXX
- CUSTO TOTAL DA OBRA**: R\$ X.XXX.XXX,XX
- DATA DE INÍCIO**: XX/XX/XXXX
- PRazo**: XXX DIAS
- ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA OBRA**: XXXXXXXXXXXXXXXX
- CREA**: XXXXXXXX
- FISCALIZAÇÃO**:
 - NOME DO FISCAL 1: CREA XXXXXXXX
 - NOME DO FISCAL 2: CREA XXXXXXXX
 - NOME DO FISCAL 3: CREA XXXXXXXX
- NÚMERO DO PROCESSO**: XX/XXX.XXX/20XX
- TELEFONE DO ÓRGÃO**: 1746

 A seção direita, com largura de 1,20m, contém o texto **IDENTIFICAÇÃO DA OBRA** e **UNIDADE ADMINISTRATIVA**. As dimensões verticais da seção esquerda são: 42 (para o logotipo), 12 (para cada um dos três campos de órgão), 10 (para o campo de custo), 10 (para o campo de data/prazo), 16 (para o campo de engenheiro), 9 (para o campo de fiscalização), 9 (para o campo de número do processo) e 9 (para o campo de telefone).

Novamente, seguindo a numeração da figura acima, será esclarecido como preencher cada item da placa da maneira adequada.

1. Órgão Demandante:

Trata-se do órgão que demanda a obra a um órgão competente para contratar e/ou executar/fiscalizar a obra. Por exemplo, a Secretaria Municipal de Saúde pode demandar uma obra a ser contratada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Conservação que, por sua vez, será executada/fiscalizada pela Empresa Municipal de Urbanização (RIO-URBE).

2. Órgão Contratante:

Trata-se do órgão que contrata a obra a partir de uma demanda própria ou gerada por outro órgão. Por exemplo, a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Conservação contrata uma obra demandada pela Secretaria Municipal Educação que, por sua vez, será executada/fiscalizada pela Empresa Municipal de Urbanização (RIO-URBE).

3. Órgão Executor:

Trata-se do órgão responsável pela execução/fiscalização da obra, após uma demanda gerada e a contratação finalizada. Eventualmente, o órgão executor/fiscalizador pode ser também o órgão contratante, ou mesmo o demandante. Havendo coincidência em 2 campos de 3, o modelo de placa a ser usado é o 2 mesmo. Por exemplo, a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Conservação pode demandar e contratar uma obra que será executada/fiscalizada posteriormente pela Empresa Municipal de Urbanização (RIO-URBE). Porém, no caso de ser o mesmo órgão a demandar, contratar e executar/fiscalizar a obra, o Modelo 1 de placa (apresentado anteriormente) deve ser adotado.

4. Custo Total da Obra:

Neste campo deve constar o valor total da obra em reais, sendo este valor o mesmo que consta no contrato celebrado entre a empresa contratada e a Administração Pública. Por exemplo, R\$ 1.000.000,00.

5. Data de Início e Prazo:

Devem constar neste campo a data de início da obra, no formato dd/mm/aaaa, e o prazo previsto, em dias, para conclusão da mesma.

6. Engenheiro Responsável pela Obra:

O nome e o registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA do engenheiro responsável pela obra deve constar neste campo.

7. Fiscalização:

Neste campo devem constar os nomes e registros no Conselho Regional dos técnicos responsáveis pela fiscalização da obra.

8. Número do Processo:

Deve constar neste campo o número do processo administrativo onde constam todas as informações pertinentes à obra em execução.

9. Identificação da Obra:

Neste campo deve ser feita uma descrição resumida que identifique a obra, como por exemplo, “Obras e serviços de climatização”, ou “Recuperação e restauração”.

10. Unidade Administrativa

Deve constar neste campo no nome da unidade administrativa na qual a obra está sendo executada. Cada placa de obra deve se referir a uma única unidade administrativa, ou seja, não deve haver na placa textos como “unidades escolares A, B e C”, ou “unidades hospitalares X, Y e Z”. Por exemplo, “Hospital Municipal Miguel Couto” ou “Escola Municipal Zélia Braune”.

Detalhes de uniforme e placas de sinalização deverão ser padronizados segundo o tutorial vigente a época de sua confecção. A contratada deverá consultar a Fiscalização quanto à vigência da padronização. Exemplificando, abaixo segue tutorial do padrão atual, que pode ser consultado através do endereço eletrônico <http://www.rio.rj.gov.br/>.

UNIFORME



PLACAS DE SINALIZAÇÃO



PLACAS DE SINALIZAÇÃO



PLACA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

ANEXO ÚNICO

1,00m

DESCRIÇÃO DA OBRA (COM/SEM REMOÇÃO DE VEGETAÇÃO) Nº DO PROCESSO SMAC		0,24m
ENDEREÇO: ENDEREÇO DA OBRA		0,12m
RESPONSÁVEL TÉCNICO: NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA REMOÇÃO DE VEGETAÇÃO OU PELA OBRA		0,24m
CREA/ART: CREA E ART DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA REMOÇÃO DE VEGETAÇÃO OU PELA OBRA		0,12m
LICENÇA AMBIENTAL Nº AUTORIZAÇÃO DE REMOÇÃO DE VEGETAÇÃO Nº		0,24m
Nº DE ÁRVORES A SEREM REMOVIDAS: Nº DE MUDAS A SEREM PLANTADAS COMO MEDIDA COMPENSATÓRIA: (EQUIVALENTE A R\$XX.XXX,XX)	AFIXAR CÓPIA DA ARV E DA LICENÇA AMBIENTAL NESTA ÁREA	0,24m

1,00m

7. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

As medições da obra obedecerão ao Cronograma Físico- Financeiro. A primeira medição será realizada em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de início, e as subseqüentes a cada período de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do encerramento da medição anterior.

Os pagamentos serão efetuados de acordo com as etapas estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro, observada a obrigatoriedade da reserva do percentual de 10% (dez por cento) do valor do Contrato para a última etapa.

Para efeito de pagamento das medições, os serviços da obra deverão estar efetivamente executados e aceitos pela Fiscalização, acompanhados dos relatórios de execução.

Nos relatórios de execução serão registradas todas os serviços da obra concluídos, constantes no projeto executivo de acordo com a fase a que se refere, sendo justificadas as atividades previstas e não realizadas, quando for o caso.

O pagamento será efetuado à Contratada por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo Contratante, a qual será cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

Para a concretização das ações da Fiscalização do Contrato é necessário que todos os procedimentos sejam documentados e tenham consistência administrativa e legal, com vistas às prestações de contas aos órgãos de controle interno (CGM) e externo do Município (TCM).

8. ACEITAÇÃO PROVISÓRIA/ DEFINITIVA

O cumprimento de todas as respectivas condicionantes ambientais é condição necessária para a aceitação.

A aceitação provisória ou definitiva segue a Portaria “P” O/SUBAM/GAB N.º 019 de 18/05/2007, abaixo transcrita, adequando-se conforme cada caso:

Portaria “P” O/SUBAM/GAB N.º 019 de 18/05/2007

Estabelece procedimentos de prestação de contas e aceitação das obras contratadas pela Subsecretaria de Águas Municipais.

A Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro - RIO ÁGUAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e considerando:

- A necessidade de atualizar e padronizar os procedimentos de prestação de contas e aceitação de obras e serviços contratados pela Subsecretaria de Águas Municipais;*
- A necessidade de guardar o histórico das obras;*
- A necessidade de aprimorar o controle de qualidade das obras públicas;*

Resolve:

Art. 1º - A aceitação provisória das obras contratadas pela Subsecretaria de Águas Municipais fica condicionada à aprovação do “Relatório de Prestação de Contas e Aceitação da Obra” pela Fiscalização.

Art. 2º - O Relatório de Prestação de Contas e Aceitação da Obra deverá conter no mínimo:

- *Cópia do contrato com especificações e orçamento;*
- *Medições;*
- *Cronograma físico-financeiro;*
- *Certificados de qualidade;*
- *Manual de manutenção e operação da obra com componentes eletromecânicos elaborado pelo construtor;*
- *Sondagens, ensaios de laboratório, provas de carga e de resistência, inspeções, verificações e confrontos porventura realizados, e os resultados obtidos;*
- *Modificações de projeto;*
- *Cadastro das obras (as built) aprovado pelo órgão municipal competente, contendo número do arquivo, impresso e em meio digital apresentado conforme normas de apresentação de cadastro de sistemas de esgoto sanitário e sistemas de manejo águas pluviais da Subsecretaria de Águas Municipais, PORTARIA “N” O/SUBAM/GAB N°001 de 26 de dezembro de 2006;*
- *Relatório fotográfico contendo fotos antes e depois das obras concluídas, inclusive do canteiro mostrando a remoção de todo e qualquer excedente dos materiais e equipamentos utilizados, bem como do andamento de cada etapa contratual;*
- *Uma via do livro de ocorrências conforme artigos 2º e 27º da Resolução nº 169 de 20/05/1980 e suas revisões de acordo com o Decreto 21937/2000, que estabelece o Manual de Fiscalização de Contratos de Obras e Serviços Públicos;*
- *Parecer da Comissão de Aceitação.*

Art. 3º – A condição a que se refere o artigo primeiro deverá constar de todos os contratos de obras firmados pela Subsecretaria de Águas Municipais – O/SUBAM, a partir da publicação desta Portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.”

9. NORMAS, REGULAMENTOS E INSTRUÇÕES PERTINENTES

- A Lei 6.938/81, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, prevê que a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.
- No Estado do Rio de Janeiro, o Instituto Estadual do Ambiente - INEA, criado pela Lei Estadual nº 5.101, de 04/10/2007, é o órgão que tem a função de executar as políticas estaduais de meio ambiente, de recursos hídricos e de recursos florestais fixadas pelos órgãos competentes federais.
- A Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC é o órgão central executivo responsável pela gestão, planejamento, promoção, coordenação, controle e execução da política de meio ambiente no município do Rio de Janeiro, uma vez que através do Decreto nº. 42.050 de 25 de setembro de 2009, alterado pelo Decreto 42.440 de 30 de abril de 2010, o INEA celebrou convênios com os Municípios do Estado do Rio de Janeiro, tendo como objeto a transferência da atividade de licenciamento ambiental em casos específicos.
- A CONTRATADA deverá cumprir o determinado nos itens das condições de validade previstas nas licenças: Prévia (LP); de Instalação (LI); e de Operação (LO).
- A CONTRATADA deverá ser responsável pela emissão de TODAS as licenças necessárias e pertinentes à execução da obra.
- A seguir são elencadas as normas, regulamentos e instruções pertinentes ao Licenciamento Ambiental no âmbito de cada órgão competente.

• **Legislação Municipal**

- DECRETO RIO Nº 40.722, de 8 de outubro de 2015 - Regulamenta procedimentos destinados ao Sistema Licenciamento Ambiental Municipal - SLAM Rio e dá outras providências;
- DECRETO RIO nº 48.481, de 29 de janeiro de 2021 – Dispõe sobre a transferência das atividades relativas ao licenciamento ambiental à Subsecretaria de Controle e Licenciamento Ambiental – SUBCLA, parte integrante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação – SMDEIS e dá outras providências;
- RESOLUÇÃO CONJUNTA SMDEIS/SMAC Nº 04, de 09 de março de 2021 – Estabelece modelos para requerimento e emissão de Licenças Ambientais Municipais, Autorização de Remoção de Vegetação e Averbação;
- RESOLUÇÃO SMAC Nº 612, de 18 de maio de 2016 – Estabelece o modelo de placa informativa em obras sujeitas ao Licenciamento e Autorização Ambiental;
- RESOLUÇÃO SMAC Nº 027, de 08 de outubro 2020 - Disciplina a apresentação de Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, para fins de licenciamento ambiental, adequa o seu acompanhamento ao Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos (Sistema MTR) do INEA, e, complementarmente, estabelece diretrizes para o correto gerenciamento destes resíduos;
- DECRETO MUNICIPAL Nº 33.971, de 13 de junho de 2011 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de agregados reciclados, oriundos de RCC, em obras e serviços de engenharia realizados pelo Município do Rio de Janeiro;
- Decreto nº 29.881, de 18 de setembro de 2008 - Consolida as Posturas da Cidade do Rio de Janeiro e dá outras providências;
- RESOLUÇÃO “N” EIS-REN-2023 Nº 02, de 11 de janeiro de 2023 - Autorizar os serviços de limpeza e desassoreamento de curso d’água, executados diretamente pelo Poder Público ou mediante contratação de terceiros, desde que atendidas à legislação de proteção ambiental e as condicionantes estabelecidas no Anexo I desta Resolução;
- Lei nº 3268 de 29 de agosto de 2001- Dispõe sobre condições básicas de proteção da coletividade contra a poluição sonora;
- Decreto Municipal 29.881/08 no Regulamento nº 2 do Livro II, que dispõe sobre os critérios e padrões de emissão de ruídos na Cidade do Rio do Janeiro;
- DECRETO Nº 37.775, de 10 de outubro de 2013 - Institui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS da Cidade do Rio de Janeiro;

- DECRETO Nº 27.078, de 27 de setembro de 2006 - Institui o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e dá outras providências;
- LEI MUNICIPAL Nº. 5.248, de 27 de janeiro de 2011 - Institui a Política Municipal sobre Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável, dispõe sobre o estabelecimento de metas de redução de emissões antrópicas de gases de efeito estufa para o Município do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Fauna silvestre

- RESOLUÇÃO "N" EIS-REN-2022 N.º 11, de 29 de abril de 2022 - Estabelece o modelo e os procedimentos relativos à emissão de Autorização Ambiental para o Manejo de Fauna Silvestre (AMF), no âmbito do licenciamento ambiental municipal e dá outras providências.
- PORTARIA EIS-PON Nº 7, de 28 de dezembro de 2022 - Estabelece metodologia e os documentos a serem apresentados nos Relatórios Simplificado e Consolidado de Fauna Silvestre (RSF e RCF).

Autorização de remoção de vegetação

- RESOLUÇÃO SMAC Nº 587, de 22 de agosto de 2014 - Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados nos casos de Autorização para remoção de vegetação e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO CONJUNTA SMDEIS/SMAC Nº 02, de 09 de março de 2021 – Estabelece modelo de termo de compromisso para a execução de medida compensatória, relativa à remoção autorizada de vegetação.
- RESOLUÇÃO CONJUNTA SMDEIS/SMAC Nº 03, de 09 de março de 2021 - Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados nos casos de Autorização para remoção de vegetação (ARV) e dá outras providências.

Legislação Estadual

- Decreto nº 44.820 de 02 de junho de 2014 – Dispõe sobre o sistema de licenciamento ambiental – SLAM e dá outras providências, que revogou Decreto Estadual nº 42.159/2009;
- Resolução INEA 10/2010 - Dispõe sobre os empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental pode ser transferido aos municípios, por meio de convênio, e dá outras providências;

- Lei n.º 3.289, de 02 de agosto de 1999 – Institui Política Estadual de Recursos Hídricos;
- Lei n.º 3.467, de 14 de setembro de 2000 – Dispõe sobre as sanções administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente;
- Decreto 1.633, de 21 de dezembro de 1977 – Institui o Sistema de Licenciamento de atividades Poluidoras;
- Deliberação CECA n.º 3.588, de 23 de dezembro de 1996 – Trata da dispensa do Licenciamento Ambiental;
- DZ-041 – Diretriz para a realização de estudo de impacto ambiental;
- IT-1.847 – Instruções Técnicas para atividades de dragagem.
- DZ-215.R-4 – Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos De Origem Sanitária;
- NOP-INEA-35 - Norma Operacional Para O Sistema Online de Manifesto de Transporte de Resíduos - Sistema MTR;
- NOP-INEA-46 - Dispõe sobre o enquadramento de empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento e demais procedimentos de controle ambiental;
- RESOLUÇÃO CONEMA Nº 92, de 24 de junho de 2021 - Dispõe sobre as atividades que causam ou possam causar impacto ambiental local, conforme previsto no Art. 9º, inciso XIV, alínea a, da Lei Complementar nº 140/2011, e sobre a competência supletiva do controle ambiental.
- RESOLUÇÃO CONEMA Nº 95, de 12 de maio de 2022 - Altera a Resolução CONEMA Nº 92, de 24 de junho de 2021.
- RESOLUÇÃO CONEMA Nº 42, de 17 de agosto de 2012 - Dispõe sobre as atividades que causam ou possam causar impacto ambiental local, fixa normas gerais de cooperação federativa nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente e ao combate à poluição em qualquer de suas formas, conforme previsto na Lei Complementar nº 140/2011, e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO INEA Nº 12, de 8 de junho de 2010 - Dispõe sobre os empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental pode ser transferido aos municípios, por meio de convênio, e dá outras providências;
- DZ-1829 – Diretriz ambiental para a extração de areia em cursos d'água e faixa costeira;

- DZ-1.845.R-3 – Diretriz para o Licenciamento Ambiental de dragagem e disposição final do material dragado;
- DZ – 703 – Roteiro para apresentação de projetos de tratamento de efluentes líquidos.

- **Legislação Federal**

- Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1991 – Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente;
- Lei nº 7.661, de 15 de maio de 1988 – Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro;
- Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993 – Dispõe sobre o regime jurídico de exploração de Portos;
- Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 – Cria o Sistema Nacional de Gerenciamento Costeiro de Recursos Hídricos;
- Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao Meio Ambiente;
- Decreto nº 87.566, de 16 de setembro de 1982 – Promulga o texto da Convenção sobre a Prevenção da Poluição Marinha;
- Resolução CONAMA n.º 237, de 19 de dezembro de 1997 – Estabelece critérios a serem utilizados no Sistema de Licenciamento Ambiental;
- Resolução CONAMA Nº 307/2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- Resolução CONAMA Nº 001/1990 - Dispõe sobre critérios e padrões de emissão de ruídos, das atividades industriais;
- Resolução CONAMA Nº 430, de 13 de Maio de 2011 – Condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução CONAMA n.º 357, de 17 de março de 2005;
- NBR 12209 – Elaboração de projetos hidráulico-sanitários de estações de tratamento de esgotos sanitários;
- NBR 13969 – Tanques sépticos – Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos – Projeto, construção e operação;
- NBR 10004 - Classificação de Resíduos Sólidos;

- NBR 6118 – Normas para os projetos de estruturas de concreto armado;
- NBR 6122 – Normas para os projetos e construções de fundações;
- NBR 9062 – Normas para os projetos e construções de estruturas de concreto pré-moldadas;
- NBR 14931 – Normas para a construção de estruturas de concreto armado;
- NBR 12131 (MB 3472) – Normas para os ensaios de prova de carga estática das estacas;
- NBR 13208 – Normas para os ensaios de carregamento dinâmico das estacas;
- NBR 9607 – Normas para os ensaios de prova de carga em estruturas de concreto armado;
- NBR 5738 – Normas para moldagem e cura de corpos-de-prova cilíndrico ou prismático de concreto;
- NBR 5739 – Normas para os ensaios de compressão de corpos-de-prova cilíndricos;
- NBR 12655 – Normas para preparo, controle e recebimento de concreto;
- NBR 6484 – Normas para execução de sondagens de simples reconhecimento dos solos;
- NBR 13208 – Normas para estacas – ensaio de carregamento dinâmico;
- NBR 8681 – Normas para ações e segurança nas estruturas;
- NBR 5629 – Normas para execução de tirantes ancorados no terreno;
- NBR 6502 – Normas para rochas e solos;
- NBR 7480 – Normas para barras e fios de aço destinados às armaduras para concreto armado;
- NBR 7482 – Normas para fios de aço para concreto protendido;
- NBR 7483 – Normas para cordoalhas de aço para concreto protendido;
- NBR 7681 – Normas para calda de cimento para injeção;
- NBR 6152 – Normas para materiais – determinação das propriedades mecânicas à tração;
- NBR 5732 – Normas para cimento Portland comum – especificação;
- NBR 5733 – Normas para cimento Portland de alta resistência inicial – especificação;
- NBR 5735 – Normas para cimento Portland de alto forno – especificação;

- NBR 5736 – Normas para cimento Portland pozolânico – especificação;
- NBR 5739 – Normas para concreto – ensaios de compressão de corpos-de-prova cilíndricos;
- NBR 8953 – Normas para concreto para fins estruturais – classificação por grupos de resistência;
- NBR 13044 – Normas para concreto projetado – reconstituição da mistura recém-projetada – método de ensaio;
- NBR 13069 – Normas para concreto projetado – determinação dos tempos de pega em pasta de cimento Portland com ou sem aditivo acelerador de pega – método de ensaio;
- NBR 13070 – Normas para moldagem de placas para ensaio de argamassa e concreto projetado;
- NBR 13317 – Normas para determinação do índice de reflexão por medição direta;
- NBR 13597 – Normas para procedimento para qualificação de mangoteiro por via seca;
- NBR 7211 – Normas para agregados para concreto;
- NBR 11578 – Normas para cimento Portland composto;
- NBR 7182 – Ensaio de Compactação;
- NBR 11682 – Estabilidade de Encostas;
- NBR 8044 – Projeto e execução de aterros.

10. ELEMENTOS EXIGIDOS PELO DECRETO N.º 1.485, DE 17/01/63.

10.1 - DATA DE INÍCIO DO PROCESSO:

02/03/2026.

10.2 - RESPONSÁVEL PELO PROJETO:

Os projetos básicos são de autoria da FUNDAÇÃO INSTITUTO DAS ÁGUAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – RIO AGUAS.

10.3 - IMPORTÂNCIA DA OBRA:

A obra possui importância estratégica sob os pontos de vista hidráulico, viário, urbano e socioambiental para a região da Praia do Flamengo e entorno da Marina da Glória (IV R.A. / A.P. 2.1), por incidir diretamente sobre o deságue da galeria de cintura, em trecho sensível e sujeito a condicionantes de operação urbana e de proximidade com corpo hídrico receptor.

Do ponto de vista hidráulico, a intervenção é relevante por promover a adequação da capacidade de escoamento e a melhoria do desempenho do deságue, mediante implantação de drenagem retangular (canal pré-fabricado em concreto) e estruturas associadas, reduzindo a probabilidade de sobrecargas, extravasamentos e refluxos durante eventos de precipitação, além de contribuir para maior segurança operacional e manutenibilidade do sistema.

A obra apresenta relevância institucional e de resiliência urbana, ao fortalecer infraestrutura pública crítica, aumentar a capacidade de resposta do território a eventos de chuva mais intensa e assegurar a entrega de solução durável, conforme normas técnicas vigentes, projetos aprovados e diretrizes da Fundação Rio-Águas, com documentação final e “as built” para suporte à operação e manutenção futuras.

10.4 - DOS SERVIÇOS:

A empresa contratada deverá executar serviços de: mobilização e desmobilização de canteiro de obra; administração local da obra em questão; apontamentos, acompanhamento e levantamentos de quantitativos diários para controle e gerenciamento da obra em questão. Conforme recomendações, especificações e plano de serviço a ser especificado pela fiscalização.

Todas as etapas da obra deverão ser executadas em conformidade com este Termo de Referência, com as normas técnicas vigentes e com as diretrizes estabelecidas pela fiscalização do órgão contratante. Os equipamentos utilizados na execução deverão estar sempre em perfeitas condições operacionais, possuir identificação visível indicando sua vinculação ao contrato e não poderão exceder 5 (cinco) anos de uso. A mão de obra empregada deverá apresentar-se uniformizada, equipada e devidamente treinada para o desempenho das funções atribuídas.

A obra deverá ser identificada com placa de obra pública conforme padrão vigente e deverá contar com a instalação de sinalização vertical e horizontal provisória, garantindo segurança para pedestres, trabalhadores e veículos durante toda a execução do empreendimento. A empresa contratada deverá ainda cumprir integralmente a legislação nacional relativa à Higiene, Saúde e Segurança do Trabalho, observando as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, adotando medidas preventivas, sistemas de proteção coletiva e equipamentos de proteção individual em todas as fases da obra.

10.5 - ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS:

Todos os materiais necessários e suficientes a serem empregados na execução da obra deverão obedecer às normas, especificações, métodos de ensaios e padronização da ABNT e demais normas técnicas pertinentes.

Caso julgue necessário, a Fiscalização poderá exigir da Empresa Contratada a comprovação hábil do constante acima, podendo a seu critério recusar qualquer material que não atenda aqueles requisitos.

10.6 - EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS:

- Caminhão Basculante a óleo diesel, com capacidade de 17t – 01 unidade;
- Caminhão Basculante, capacidade de 5m³ – 01 unidade;
- Caminhão com carroceria fixa, capacidade de 4T – 01 unidade;
- Caminhão com carroceria fixa, capacidade de 7,5t – 01 unidade;
- Caminhão tanque, capacidade 10.000l – 01 unidade;
- Carreta para transporte pesado, com capacidade de carga útil de 30t – 01 unidade;
- Compactador de pneus, com sete pneus - 01 unidade;
- Compressor de ar, portátil e rebocável – 01 unidade;
- Coroa cravada, com diamante de 10 quilates, de 1ª qualidade – 01 unidade;
- Equipamento combinado, vácuo/hidrojato para sucção de detritos – 01 unidade;

- Escavadeira hidráulica - 01 unidade;
- Estação total eletrônica - 01 unidade;
- Moto-bomba sobre rodas – 01 unidade;
- Pá carregadeira - 01 unidade;
- Retro-escavadeira – 01 unidade;
- Rolo compressor Tanden - 01 unidade;
- Rompedor Pneumático, peso de 32,6kg – 01 unidade;
- Vibro-acabadora - 01 unidade;

10.7 - CRONOGRAMA DA OBRA:

Segue.

10.8 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

O cronograma atende aos interesses da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

10.9 - PRÊMIOS E MULTAS:

Não haverá prêmio pela conclusão antecipada dos serviços, sendo as multas pôr atraso às previstas no RGCAF.

10.10 - DESAPROPRIAÇÕES:

Não há.

10.11 - OBSTÁCULOS DAS CONCESSIONÁRIAS:

Os obstáculos que porventura surgirem no decorrer dos serviços, será removido de acordo com as orientações da fiscalização.

10.12 - CUSTO DA OBRA E PREVISÃO PARA REAJUSTAMENTO:

O constante na requisição.

10.13 - REGIME DE TRABALHO:

Os serviços serão executados no período diurno e caso necessário também no período noturno.

10.14 - ORIGEM DOS RECURSOS A SEREM APLICADOS:

A ser providenciado pela FUNDAÇÃO INSTITUTO DAS ÁGUAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – RIO AGUAS.

10.15 - FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS:

A Fiscalização será exercida por Engenheiros da FUNDAÇÃO INSTITUTO DAS ÁGUAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – RIO AGUAS a serem indicados oportunamente.

10.16 - MATERIAIS QUE DEVEM SER ADQUIRIDOS ANTECIPADAMENTE:

Não há.

11. PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA

Com base no art. 67, § 2º da Lei nº14.133/21:

11.1 - Execução de canal pré-fabricado, em concreto protendido e/ou armado.

Comprovação que possui experiência no fornecimento e assentamento de, no mínimo 130,00 m² de galeria fechada para drenagem pluvial em concreto armado com perímetro interno mínimo de 6,00 m.

Justificativa:

Exigir comprovação de experiência neste item visa assegurar que a licitante possui capacidade de planejamento, organização, logística e disponibilidade de equipamentos para executar, com segurança e qualidade, a implantação do canal pré-fabricado retangular (elemento predominante do escopo hidráulico), em conformidade com o projeto e com as diretrizes da Fundação Rio-Águas, garantindo o desempenho do sistema e a recomposição adequada das áreas afetadas.

11.2- Justificativa geral:

A exigência de comprovação da capacidade técnico-operacional, mediante apresentação de atestados técnicos, tem por finalidade assegurar que a futura contratada detenha experiência prévia suficiente para as intervenções. A parcela aqui indicada apresenta alta sensibilidade técnica, elevado impacto no desempenho do sistema e forte integração entre si.

12. CONSERVAÇÃO DA OBRA

O prazo de conservação será de 180 (cento e oitenta) dias corridos após a aceitação provisória;

Executado o conjunto, o seu objeto será recebido;

- a) Provisoriamente, na forma prevista nos artigos 501 a 504 do RGCAF, por comissão designada;
- b) Definitivamente, por comissão designada, após decurso do prazo de conservação e verificada a perfeita adequação do objeto aos termos contratuais.

13. DA MATRIZ DE RISCOS

Em observância ao disposto no §3º do art. 22 da Lei nº 14.133/2021, A Matriz de Risco, na forma dos artigos 6º, XXVII, 22 e 103 da Lei Federal nº 14.133/2021, encontra-se no Anexo II deste Termo de Referência.

14. VISITA TÉCNICA

A licitante deverá realizar visita ao local em que serão realizados os serviços, tendo em vista a importância de se conhecer a realidade in loco para participar da licitação. A visita técnica deverá ser agendada previamente, com data e horário, junto a DOC – Diretoria de Obras e Conservação da Fundação Rio-Águas, através do endereço eletrônico: rioaguasvisitatecnica@gmail.com. A visita técnica deverá ser realizada por responsável técnico da licitante, devidamente identificado, por meio de documento de

identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a visita técnica e será necessariamente acompanhada por técnico desta fundação.

Após a realização da visita técnica será entregue Declaração de Visita Técnica. Caso a licitante opte por não participar da visita, deverá apresentar, em substituição à Declaração de visita, uma declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penas da lei, atestando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem realizados naquele local. Ao não participar da visita técnica, a licitante aceita que não serão considerados eventuais questionamentos posteriores e alegações de desconhecimento quanto ao cumprimento de obrigações contratuais. O responsável técnico assume total responsabilidade por essa decisão e compromete-se a não utilizar essa falta de participação como justificativa para questionamentos futuros relacionados a avenças técnicas ou financeiras com esta municipalidade.